

PAPEL DOS POLOS SUB-REGIONAIS NO PROCESSO DE ACUMULAÇÃO CAPITALISTA A PARTIR DA DIVISÃO ESPACIAL E HIERARQUIA URBANA NO RIO GRANDE DO NORTE

Role of sub-regional poles in the process of capitalist accumulation from the spatial division and urban hierarchy in Rio Grande do Norte

Role de polos subregionales en el proceso de acumulación capitalista de la división espacial y la hierarquía urbana en Rio Grande do Norte



Boanerges de Freitas Barreto FILHO – Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERN), Brasil. ORCID ID: <https://orcid.org/0000-0003-1777-3520>.
URL: <http://lattes.cnpq.br/4110715663058131>
EMAIL: boanergesfilho@uern.br

Francisco do Ó de LIMA JÚNIOR – Universidade Regional do Cariri (URCA), Brasil. ORCID ID: <https://orcid.org/0000-0002-6049-3893>.
URL: <http://lattes.cnpq.br/0923647677816521>
EMAIL: lima.junior@urca.br

RESUMO

A centralidade das cidades na sociedade capitalista é inegável. A cidade é o lócus privilegiado em que as forças produtivas se manifestam da forma mais vigorosa no capitalismo. O artigo tem como objetivo compreender o papel desempenhado pelos polos (cidades), especialmente os sub-regionais, no processo de acumulação capitalista. Para tanto foi realizada pesquisa bibliográfica e foi adotado o estudo sobre as Regiões de Influência das Cidades (REGIC), tomando-se como referência a divisão espacial e a hierarquia urbana no Rio Grande do Norte (RN). Os resultados indicam que o florescimento das cidades polarizadoras no interior do RN se deu, quase sempre, pela expansão comercial que assegurou a diferenciação de algumas cidades e a partir de tal ponto reafirmou o comando do processo de acumulação de base mercantil, cujo predomínio acabou por moldar a estrutura produtiva intra-regional vigente. Conclui-se que as posições mais destacadas que os polos sub-regionais alcançaram na rede urbana decorreu do papel de lócus facilitador do processo de acumulação capitalista, inicialmente na seara mercantil, empós como polos de aceleração da rotação de capitais e pela capacidade de atrair alguns investimentos públicos e privados.

Palavras-chave: Processo de acumulação capitalista; Polos sub-regionais; Divisão espacial; Hierarquia urbana; Rio Grande do Norte.

ABSTRACT

The centrality of cities in capitalist society is undeniable. The city is the privileged locus in which productive forces manifest themselves in the most vigorous way in capitalism. The article aims to understand the role played by the poles (cities), especially the sub-regional ones, in the process of capitalist accumulation. For this, a

Histórico do artigo

Recebido: 05 novembro, 2020
Aceito: 08 fevereiro, 2021
Publicado: 15 junho, 2021

bibliographical research was carried out and the study on the Regions of Influence of Cities (REGIC) was adopted, taking as reference the spatial division and the urban hierarchy in Rio Grande do Norte (RN). The results indicate that the flowering of polarizing cities in the interior of the RN was almost always due to the commercial expansion that ensured the differentiation of some cities and from this point reaffirmed the command of the process of accumulation of market base, whose predominance ended up shaping the current intra-regional productive structure. It is concluded that the most prominent positions that the sub-regional centers reached in the urban network resulted from the role of locus facilitator of the capitalist accumulation process, initially in the mercantile sector, after them as poles of acceleration of the rotation of capital and by the ability to attract some public and private investments.

Keywords: Capitalist accumulation process; Subregional poles; Spatial division; Urban hierarchy; Rio Grande do Norte.

RESUMEN

La centralidad de las ciudades en la sociedad capitalista es innegable. La ciudad es el lugar privilegiado en el que las fuerzas productivas se manifiestan de la manera más vigorosa en el capitalismo. El artículo tiene como objetivo entender el papel desempeñado por los polos (ciudades), especialmente las subregionales, en el proceso de acumulación capitalista. Para ello, se llevó a cabo una investigación bibliográfica y se adoptó el estudio sobre las Regiones de Influencia de las Ciudades (REGIC), tomando como referencia la división espacial y la jerarquía urbana en Río Grande do Norte (RN). Los resultados indican que la floración de las ciudades polarizadoras en el interior de la RN fue casi siempre debido a la expansión comercial que aseguró la diferenciación de algunas ciudades y a partir de este punto reafirmó el dominio del proceso de acumulación de base de mercado, cuyo predominio terminó dando forma a la actual estructura productiva intrarregional. Se concluye que las posiciones más destacadas a las que llegaron los centros subregionales en la red urbana resultaron del papel de facilitador de locus del proceso de acumulación capitalista, inicialmente en el sector mercantil, después de ellos como polos de aceleración de la rotación del capital y por la capacidad de atraer algunas inversiones públicas y privadas.

Palabras-clave: Proceso de acumulación capitalista; Polos subregionales; División espacial; Jerarquía urbana; Rio Grande do Norte.

1 INTRODUÇÃO

O feudalismo foi um modo de produção baseado na exploração do trabalho dos servos e tinha o feudo como elemento espacial central, sem Estados nacionais consolidados, com atividades econômicas, predominantemente agropastoris. Já o capitalismo se consolida como um modo de produção, eminentemente, industrial e urbano, que floresce e se consolida sob a égide de Estado nacionais fortes e capazes de assegurar as condições gerais, propriedade privada, contratos, moedas etc., para que a produção capitalista ocorra sem maiores embaraços.

A cidade se torna o centro do funcionamento do novo modo de produção, posto que se constitui como o lócus privilegiado em que as forças produtivas¹ realizam a produção das mercadorias, constituindo-se, portanto em eixo central da economia na Inglaterra, país originário da Revolução Industrial, posteriormente, ocorre fenômeno similar nos demais países que adotaram o capitalismo. Entende-se que a cidade industrial se apresenta como contraponto ao estilo de vida ligado ao rural, torna-o arcaico, passa a representar o rompimento das amarras e obrigações do velho sistema feudal e, neste sentido, representa a liberdade, a possibilidade de progresso material, constituindo-se como síntese do novo Modo de Produção Capitalista (MPC) (HARVEY, 2005).

A cidade aglutina a população, reunindo a mão de obra livre, vendedora de força de trabalho e consumidora de mercadorias variadas, tornando-se o espaço, par excellence, das trocas e facilitando o pleno funcionamento do mercado, enfim, síntese dos fenômenos da industrialização e da urbanização. Assim, à medida que a acumulação de capital se intensifica novas estruturas geográficas são forjadas e modificam, incessantemente, as relações existentes e os espaços (HARVEY, 2005).

A cidade industrial é facilitadora da produção, pois congrega a infraestrutura e a mão de obra necessária para o desenvolvimento da atividade; é o lócus de funcionamento do mercado, pois congrega a feira e os consumidores; é facilitadora do acesso aos serviços públicos e privados; representa uma miríade de possibilidades que atraíram bilhões de moradores desde a Revolução Industrial, conforme demonstra o grau de urbanização que continua aumentando em praticamente todo o planeta. Ao longo do tempo, a cidade reuniu/reúne as condições materiais e sociais para garantir a expansão contínua do MPC e, quando se fez/faz necessário, o capitalismo (re)cria a cidade, conseqüentemente, o dinamismo de um espaço geográfico qualquer se materializa, torna-se visível, na cidade (HARVEY, 2005).

Verifica-se que o processo permanente de (re)configuração dos espaços não ocorre de forma completamente livre. A hierarquia é bem conhecida e o ritmo é ditado a partir do centro do capitalismo através da integração de áreas que oferecem perspectivas lucrativas, resultando em novas estruturas e dinâmicas para os espaços eleitos, bem como,

¹ “Força produtiva não é senão a capacidade de trabalhar real dos homens vivos: a capacidade de produzir por meio do seu trabalho e com a utilização de determinados meios materiais de produção e numa forma de cooperação determinada por eles, os meios materiais para a satisfação das necessidades sociais da vida, o que quer dizer em condições capitalistas, a capacidade de produzir ‘mercadorias’. Tudo o que aumenta esse efeito útil da capacidade humana de trabalhar (e portanto, em condições capitalistas, inevitavelmente também o lucro dos seus exploradores) é uma nova ‘força produtiva’ social.” (KORSCH, 2015, p. 01).

reafirmando o controle sobre áreas homogêneas pela consolidação do mercado e também mantendo outros tantos espaços quase que excluídos do processo econômico, simplesmente por não apresentarem nada de significativo para a exploração capitalista.

No Brasil, o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) publica, periodicamente, pesquisas sobre as Regiões de Influência das Cidades (REGIC). Os estudos contribuem para se compreender os papéis e as funcionalidades que as cidades exercem em proveito do capitalismo e apresentam dados e informações sobre as diversas estruturas econômicas e dinâmicas urbanas que vão se estabelecendo e consolidando em consonância com a movimentação dos capitais, oferecendo subsídios para o deslinde da mercantilização das relações sociais (VIANA, 2018).

São diversos os propósitos para a realização das pesquisas, mas o objetivo central é a produção de dados e informações confiáveis para servirem de suporte ao planejamento estatal e assegurar maiores eficiência e eficácia na alocação dos recursos escassos, bem como, melhorar a distribuição dos serviços e equipamentos públicos (IBGE, 2008). A geração de dados e informações pelo IBGE oferece elementos para a realização de pesquisas sobre os papéis que as cidades desempenham, isso por que: a) evidencia as mudanças nos papéis de algumas cidades que ganham status, ascendendo hierarquicamente a partir da criação ou intensificação de relações ao longo da rede (cidades polarizadoras); b) demonstra as permanências e heterogeneidades do processo de configuração e reconfiguração dos espaços e; c) indica a abrangência que a cidade tem na rede urbana e os relacionamentos que mantem sobre a área de influência.

Neste sentido, acredita que as diferenciações entre as cidades e as funções que exercem na rede urbana são elementos importantes para se apreender a atuação das forças capitalistas, entretanto a última versão sobre as Regiões de Influência das Cidades foi publicada em 2008 e tendo como referência o ano de 2007, sugerindo que algumas dinâmicas regionais já se alteraram desde então (IBGE, 2008). As mudanças prováveis na hierarquização clássica entre as cidades, do Centro Local até a megalópole, são decorrentes da intensificação do processo de globalização. Isso por que não se pode perder de vista que os avanços tecnológicos das últimas décadas permitiram a interconexão dos espaços mais longínquos diretamente aos centros mais modernos, tornando cada vez mais complexas as relações existentes entre as cidades. A velocidade com que as mudanças ocorrem parece crescente e a (re)configuração espacial frente aos contextos internacional e nacional impõem novos desafios sobre os papéis que os diferentes tipos de cidades desempenham em benefício do MPC. Pelo exposto, o objetivo do trabalho é compreender

o papel desempenhado pelos polos (cidades), especialmente os sub-regionais, no processo de acumulação capitalista.

Para tanto foi realizada pesquisa bibliográfica em autores como: Marx (1983), Harvey (2005), Santos (1999; 2008a; 2008b), Lima Jr. (2014), Araújo (2009), Dantas e Clementino (2014a; 2014b), dentre outros pesquisadores que tratam sobre o MPC, polos sub-regionais, divisão espacial, hierarquia urbana e processo de formação e diferenciação entre as cidades. Adotou-se também o estudo sobre as Regiões de Influência das Cidades (REGIC), tomando-se como referência a divisão espacial e a hierarquia urbana no Rio Grande do Norte (RN). Acredita-se que os dados e informações disponíveis no REGIC (2008), mesmo com alguma defasagem, ressaltando-se também a maior complexidade de relacionamentos entre as cidades em decorrência da intensificação da globalização e dos avanços tecnológicos, acrescidos de estudos acadêmicos sobre a temática são suficientes para a exposição de argumentos referentes aos papéis das cidades, em especial dos polos sub-regionais, no processo de acumulação capitalista.

Além da introdução, o trabalho conta com quatro seções. A seção 2 trata do processo de acumulação capitalista, dando ênfase a interpretação marxista. A seção 3 aborda a heterogeneidade existente entre as cidades. A seção 4 apresenta os resultados e discussões, por fim, a seção 5 traz as conclusões.

2 O PROCESSO DE ACUMULAÇÃO CAPITALISTA

A desestruturação da ordem feudal ocasionada pelas novas forças emergentes (burguesia comercial, industrial, financeira) desencadeou o processo de consolidação de um novo modo de produção: o MPC. Para tanto, foi necessário significativo acúmulo de capitais, cujo processo, em boa parte dos casos, deu-se com enorme violência e recebeu a denominação de “acumulação primitiva de capitais” (MARX, 1983). Assim, forças postas em movimento solaparam as formas antigas e arcaicas de organização social, impondo-se, por todos os recantos do planeta, como leis universais do funcionamento do sistema capitalista. Em tal perspectiva, percebe-se que as formas arcaicas de organização social não teriam meios para resistir ao ímpeto avassalador que se levantava junto com o MPC.

Marx (1983) destacou os aspectos violentos que determinaram a espoliação² de

² Lencioni (2012, p. 01) faz uma distinção entre a acumulação primitiva (espoliação) e a capitalista (exploração): “O primeiro, o processo de acumulação primitiva está relacionado à espoliação e à produção de um capital novo, enquanto que o segundo, o de reprodução do capital está relacionado à exploração e tem como ponto de partida um capital já constituído.”

parte substantiva da população das condições materiais mínimas que dispunha para sobreviver, lançando-a a mercê do mercado na tentativa de vender a força de trabalho. Assim, após a espoliação completada, apresentaram-se as condições necessárias para o dinheiro se transformar em capital, obedecendo a seguinte lógica: $D - M - D'$: a) existência de uma classe possuidora de dinheiro, meios de produção e meios de subsistência e que desejam valorizar a soma-valor que possuem mediante a compra (exploração) de força de trabalho alheia e; b) existência de trabalhadores dispostos a colocar à venda a própria força de trabalho e, neste sentido, podendo ser consideradas pessoas livres, uma vez que não pertencem aos meios de produção como escravos ou servos e nem os meios de produção lhes pertencem (MARX, 1983).

A capacidade de comandar trabalho alheio assegura a extração da mais-valia através da ampliação da jornada de trabalho além do necessário para produção de mercadorias suficientes para o pagamento dos salários dos trabalhadores. A posição privilegiada na negociação confere ao detentor de riqueza a atribuição de organizar a atividade produtiva e o processo de trabalho e isso é feito para que a quantidade de mercadorias produzidas seja suficiente para cobrir os custos de produção e assegurar um incremento ao capital empregado na produção (MARX, 1983).

Sabendo-se que a extração da mais-valia decorre da exploração do trabalho alheio por parte da classe capitalista, tem-se que compreender como se deu a acumulação primitiva. Para Marx (1983, p. 340):

Dizer que a acumulação primitiva foi fruto da laboriosidade, parcimônia e inteligência do que, hoje, corresponde a elite burguesa é o mesmo que dizer que as demais pessoas [atuais trabalhadores] foram vagabundos vilipendiadores de seus bens. Na história real, como se sabe, a conquista, a subjugação, o assassinio para roubar, em suma, a violência, desempenham o principal papel.

O autor é enfático:

A assim chamada acumulação primitiva é, portanto, nada mais que o processo histórico de separação entre produtor (trabalhador) e meio de produção. Ele aparece como primitivo porque constitui a pré-história do capital e do modo de produção que lhe corresponde (capitalista) (MARX, 1983, p. 340).

Marx (1983) destacou que a separação entre os trabalhadores e os meios de produção ocorreu ao longo do tempo (processo histórico) e que o desfecho foi a

concentração de capitais em mãos de poucos (capitalistas) e a existência de grande contingente de pessoas impelidas a vender a força de trabalho como única perspectiva de garantir a sobrevivência (trabalhadores).

De acordo com Gorender (1983, p. XLIV): “Acumulação capitalista significa valorização do capital, o que, por sua vez, significa incremento do capital adiantado mediante produção de mais-valia”. É processo que decorre diretamente da exploração do trabalho assalariado realizada pelos capitalistas. Quando se faz referência à exploração do trabalho assalariado já se evidencia uma relação social de dominação, isso porque a classe detentora dos meios de produção acumula riqueza a partir da exploração da classe que produz diretamente as mercadorias (MARX, 1983).

O processo de acumulação capitalista se torna um fato histórico após a Revolução Industrial inglesa, constituindo-se no marco inicial da generalização do sistema de extração de mais-valia, contudo sua gênese não pode ser adequadamente apreendida quando apartada das transformações da realidade que ocorreram no período feudal, uma vez que se constituem em condições prévias do capital e que serviram de bases para o grande avanço econômico decorrente da produção em larga escala proveniente das fábricas (MARX, 1983).

Algumas transformações da realidade, ou embriões da nova sociedade, são encontrados na matriz anterior, mas é fundamental focar nas características determinantes da nova realidade, uma vez que atingiu proporções para “[...] imprimir sua marca no todo da sociedade e exercer influência principal na modelagem da tendência do desenvolvimento.” (DOBB, 1987, p. 21).

Dentre as características modeladoras do novo sistema, têm-se as proeminências da industrialização e a intensificação do processo de urbanização, tornando-se possível estabelecer as interconexões entre a produção do espaço e a reprodução ampliada do capital. Para Lefebvre o espaço é socialmente produzido e historicamente determinado. Afirma Limonad (1999, p. 73):

Para Lefebvre a reprodução ampliada e as novas condições materiais do capitalismo estariam intimamente relacionadas aos processos pelos quais o sistema capitalista como um todo consegue ampliar sua existência através da manutenção e disseminação sócio-espacial de suas estruturas. Tanto a nível da reprodução do cotidiano, da reprodução da força de trabalho e dos meios de produção quanto a nível da reprodução das condições gerais e das relações gerais sociais de produção, onde a organização do espaço passa a desempenhar um papel fundamental. Seria no espaço socialmente produzido, o espaço urbano do capitalismo mesmo no campo, onde se

reproduziriam as relações dominantes de produção através de um espaço social concretizado, criado, ocupado e fragmentado conforme as necessidades da produção e do capitalismo.

Assim, a disseminação das estruturas do capitalismo requer a “organização do espaço” para que as relações dominantes se concretizem e o papel do Estado assegure a materialização da reprodução do capital (respeito à propriedade privada, cumprimento dos contratos, investimentos em infraestrutura etc.). A nova estrutura econômica e produtiva erigida pelo capital industrial ampliou os empreendimentos comerciais, assegurou fôlego renovado ao setor bancário, promoveu avanços grandiosos nos transportes e comunicação, produz (e reproduz) as condições adequadas para expansão e ampliação da acumulação capitalista em escala planetária e manifesta seu caráter expansível ao (re)criar os “[...] tipos específicos de estruturas geográficas.” (HARVEY, 2005, p. 43).

Esse movimento torna evidente a dimensão espacial que o MPC assume, uma vez que as estruturas geográficas criadas favorecem o processo de acumulação capitalista. O capitalismo cria e reconfigura as estruturas necessárias para viabilizar a expansão continuada, em que as cidades e os sistemas de transporte e comunicação servem como bons exemplos de organização dos espaços. Nesse sentido, o processo de acumulação capitalista configura e reconfigura as cidades, inclusive as pequenas, dando-lhes dinâmicas diferenciadas e revelando “[...] o mundo (globalizado) e uma formação socioespacial, construída contraditoriamente pela sociedade ao longo do tempo” (JURADO DA SILVA, 2011, p. 21).

Dialeticamente, a acumulação em escala ampliada determina a necessidade de expansão da produção, distribuição, consumo e reinvestimento, pois o capital se justifica através de seu aumento progressivo. Neste sentido, a necessidade de crescimento continuado enseja a perspectiva de crises periódicas (HARVEY, 2005). O impulso para a expansão continuada ocorre pela própria natureza do capital (busca de lucro) e o processo se dá num ambiente de competitividade entre os capitalistas, mais precisamente, a necessidade de expansão resulta em desequilíbrios recorrentes, pois na realidade capitalista inúmeros percalços podem obstar a conversão de capital dinheiro em capital produtivo, capital mercadoria e sua reconversão em capital dinheiro ($D - M \dots P \dots M' - D'$), cujo exemplo típico é a crise de realização³.

³ “Constantemente os capitalistas tendem a expandir o volume e o valor total das mercadorias no mercado, enquanto tentam maximizar seus lucros mantendo os salários achatados, o que restringe o poder aquisitivo das massas” (MARX, 1983, apud HARVEY, 2005, p. 45).

As crises periódicas do MPC aparecem como um comportamento cíclico da economia, motivadas por perturbações no funcionamento dos mercados, por exemplos, interferências demasiadas do Estado e resistências do movimento sindical. Essa leitura neoclássica das crises, fundamentada na Lei de Say, deixa a entender que o funcionamento do capitalismo seria, naturalmente, a promoção de crescimento harmonioso e equilibrado, salvo perturbações externas e inoportunas. Marx (1983), posiciona-se frontalmente a essa concepção e sustenta que as crises são fenômenos inerentes ao próprio MPC, funcionando como uma espécie de freio de arrumação para o restabelecimento, ainda que momentâneo, de um novo equilíbrio.

Nos momentos críticos das crises econômicas as ocorrências mais comuns são: a elevação das taxas de desemprego e de subemprego, excesso de capital sem perspectivas de obtenção de ganhos compatíveis com as expectativas dos detentores de capital, redução da demanda efetiva com desdobramentos sobre o mercado de trabalho e nas decisões sobre a realização de investimentos, manifestação mais evidente da queda da taxa de lucros, dentre outros aspectos cumulativos inerentes ao próprio funcionamento do capitalismo, cujas soluções engendradas tendem a promover mudanças quantitativas e qualitativas no processo de acumulação, inclusive a expansão geográfica e a reconfiguração dos espaços já integrados, dando-lhes novas funcionalidades (HARVEY, 2005).

Tendo em conta a centralidade referente a redução da demanda efetiva, Harvey (2005) aponta os caminhos para se alcançar a expansão: através da penetração do capital em novas atividades, criação de novos desejos e necessidades, pelo crescimento populacional e expansão geográfica para áreas ainda não totalmente incorporadas.

Santos (2006) considera que a compreensão dos papéis desempenhados pelas cidades, no cenário de intensificação do processo de globalização, cuja manifestação mais evidente é a crescente financeirização, só é viável a partir da análise das sucessivas crises enfrentadas pelo MPC. Isso porque, cada vez mais, o mercado imobiliário tem se constituído como um mecanismo de salvaguarda da reprodução capitalista ao absorver parte da pletera de capitais, subsumindo-se a produção do espaço urbano às leis de acumulação capitalista. Os custos sociais decorrentes das crises são evidentes, mas tais ajustes criam as condições para o início de um novo ciclo, por exemplos, através da recomposição do exército industrial de reserva (barateamento da mão de obra), renovação do capital fixo e expansão da demanda efetiva e/ou, como sugere Santos (2006), através da migração inter setorial dos capitais.

3 AS CIDADES E AS DINÂMICAS URBANAS DIFERENCIADAS

A tecnologia permite que uma pessoa na zona rural de Viçosa/RN adquira mercadorias, através da internet, em Nova York, bem como, permite que um turista parisiense faça uma reserva num hotel em Portalegre/RN, liquidando suas obrigações através do sofisticado setor financeiro e contando com o apoio dos segmentos de logística e transportes para a concretização das operações. Contudo, a existência de tais possibilidades não modifica a realidade de tais cidades: duas cidades globais e duas cidades pequenas do Semiárido, cujo processo de globalização tende a reafirmar a centralidade exercida pelas metrópoles dos países ricos, mas requer esforço analítico para se apreender as particularidades das cidades pequenas e os mecanismos de transferência de excedentes para os centros urbanos superiores.

Conforme sugerido é possível a ocorrência de operações diretas envolvendo agentes localizados nos maiores e menores centros, tornando mais complexa a realidade e requerendo que as cidades pequenas sejam estudadas pelas relações com outras cidades com posicionamento superior na hierarquia urbana, mas sem descuidar da formação socioespacial e dos papéis e funcionalidades que desempenham, até porque as interações possíveis entre as cidades pequenas e as metrópoles não podem ser consideradas suficientes para se analisar as diferenciações marcantes que existem.

Observa-se que as dinâmicas urbanas diferenciadas refletem as relações sociais que ocorreram ao longo do tempo, ou seja, processa-se uma Divisão Territorial do Trabalho que determina a especialização dos distintos espaços geográficos em consonância com o processo de acumulação capitalista:

De acordo com Henderson (1974), a explicação para diferentes tamanhos de cidades em um sistema urbano deve-se ao papel de cada uma delas na produção de bens e serviços. À medida que as economias externas de escala são específicas de atividades particulares, cada cidade tende a se especializar em poucas atividades, que requerem, por sua vez, escalas mínimas de tamanho urbano eficientes e diferenciadas (LEMOS et al. 2003, p. 668).

Tais relações se estabelecem no modo de produção⁴, sendo possível contextualizar a produção dos espaços a partir do desenvolvimento das forças produtivas, demonstrando-se como a mão de obra produz as mercadorias, a tecnologia utilizada, os métodos e técnicas de produção e as formas de organização do trabalho (trabalho familiar, parceria, associativismo, assalariamento etc.). Para Santos (2006, p. 102):

A cidade efetiva seus momentos de inserção na lógica da reprodução capitalista exercendo papéis que se diferenciam de acordo com as características do tipo de acumulação que se dá, predominantemente, num determinado momento e extensão das forças produtivas nas sociedades contemporâneas. Ela atende, a cada transformação em seu significado para os processos de valorização, a uma série de demandas sociais elaboradas no interior de uma potente lógica voltada à acumulação.

Assim, a divisão do trabalho implica em diferenciações espaciais⁵ (produção de espaços heterogêneos), embora o processo de acumulação capitalista promova a homogeneização a partir de seu caráter intrinsecamente expansível. Esse movimento homogeneização-heterogeneização indica os diferentes contextos históricos em que operam as forças produtivas, as diferentes dotações de recursos naturais disponíveis, além de fatores extra econômicos, como: a estrutura de poder, as relações sociopolíticas, aspectos culturais etc.

Em tal acepção a aldeia global reduz substancialmente as atribuições do Estado (tamanho mínimo), contudo o processo de acumulação em escala global não ocorre no vácuo, existindo uma nítida hierarquização, cuja visualização é facilitada pelo estudo dos papéis que as cidades desempenham no sistema capitalista.

Por exemplo, Lima Jr. (2014), estudou a evolução e a conformação da rede urbana do estado do Ceará, concentrando-se no período 1980-2010, cuja organização urbana decorreu das “condições objetivas” existentes: inicialmente (até 1950), as determinações provenientes da estrutura econômica montada a partir da atividade pecuária, bem como, pela influência da cotonicultura e as implicações de tais atividades sobre a rede urbana cearense (primazia de Fortaleza/CE e aprofundamento do “padrão dendrítico”); posteriormente, período 1950-1970, intensifica-se a centralidade exercida por Fortaleza/CE em virtude das intervenções governamentais, com destaque para a implantação do 3º Polo

⁴ Reconhece-se a existência de fatores extra econômicos, mas, neste trabalho, dá-se primazia as categorias econômicas.

⁵ Santos (2008b) denomina as diferenciações espaciais de “rugosidades”, em que o capital se apropria dos diferenciais existentes no espaço (fruto do contexto histórico) ou criados (simulacros) para se reproduzir. Diferenciações espaciais implicam em dinâmicas urbanas distintas.

Industrial do Nordeste na capital cearense; por fim, no período mais recente (pós década de 1970), as mudanças induzidas pela atração de investimentos, especialmente para o agronegócio (fruticultura irrigada), pela indústria incentivada (Região Metropolitana de Fortaleza e algumas cidades intermediárias que receberam plantas industriais de têxteis, calçados e alimentos) e pela expansão do turismo.

Já Dantas e Clementino (2014a) trataram da hierarquização da rede urbana potiguar, para tanto utilizaram os quatro estudos REGIC's (publicados no período de 1972 a 2008) e concluíram que não ocorreram alterações substanciais do quadro ao longo do tempo, apontando como fator determinante a ausência de política de desenvolvimento regional capaz de romper as desigualdades e a pobreza. Em virtude das desigualdades sociais existentes no Nordeste, as autoras assinalaram duas dinâmicas distintas na rede urbana regional: no litoral se encontram as capitais e principais Regiões Metropolitanas, com exceção de Teresina/PI, concentrando a maior parte das populações dos estados e as atividades econômicas, diferenciando-se do interior que, geralmente, apresenta uma estrutura dispersa e esgarçada, com poucas cidades médias e diversas cidades funcionando como polos sub-regionais.

Gomes (2009) tratou da formação socioespacial potiguar através das dinâmicas urbano-regionais, afirmando que a análise foi realizada a partir dos processos de urbanização e regionalização, demonstrando-se as inter-relações entre os polos e a hinterlândia. Destaque-se ainda que o “casamento” dos núcleos urbanos menores a um espaço regional com maior dinamismo é uma característica reconhecida na realidade nacional a partir dos dados e informações gerados pelo IBGE, principalmente nas publicações das REGIC's. Ainda segundo Gomes (2009, p. 153):

[...] é preciso ressaltar o pressuposto fundamental de que, na relação entre a formação sócio-espacial brasileira e a formação do estado potiguar, o todo explica a parte, e, contudo, a parte constitui uma forma da diversidade do todo. Considera-se ainda que a urbanização e a regionalização sejam processos indissociáveis na abordagem do desenvolvimento socioeconômico rebatido espacialmente, constituindo, assim, variáveis significativas no estudo da formação potiguar.

Nesse sentido, as dinâmicas urbanas diferenciadas podem ser tratadas na perspectiva da rede urbana, apontando-se as articulações espaciais (modais de transporte, compartilhamento e/ou dependência de infraestrutura) e pelo nível de desenvolvimento em cada espaço.

4 RESULTADOS E DISCUSSÕES

A formação de boa parte dos 167 municípios potiguares remonta ao domínio dos sertões pelo conquistador, preponderantemente margeando os principais cursos de água existentes (rios intermitentes como o Apodi). Os primeiros sesmeiros conseguiram as doações das terras em função da aproximação que tinham com os representantes da corte portuguesa e o impulso para a ocupação foi proveniente da expansão da criação de gado nas regiões já dominadas pelos colonizadores. Ao requisitarem a doação das terras já informavam o propósito de utilizá-las na criação de gado, permitindo-lhes o domínio das terras e a articulação estratégica com a atividade canavieira no litoral (IBGE, 2013).

Sobre esse processo de ocupação das terras e exploração econômica, Araújo (2009, p. 14) adverte que:

[...] a herança colonial exportadora do Complexo Nordestino impregnou na região uma dinâmica específica de acumulação que tinha a demanda externa como o principal determinante da expansão da economia regional. Essa herança fora reproduzida nos séculos subseqüentes, reafirmando a estrutura produtiva montada no século XVI – concentração da propriedade da terra e da renda, prioridade à agricultura de exportação, manutenção marginal/funcional da agricultura de subsistência e imposição de um sistema político regional que se assemelhava a um tipo plutocrático – que contribuiu para uma baixa divisão social do trabalho e uma organização territorial marcada por baixa urbanização.

A herança colonial legou uma estrutura produtiva que não exigiu um processo de urbanização acentuado, contudo, como não poderia ser diferente, as vilas e os povoados no RN surgiram em decorrência das atividades produtivas desenvolvidas: Natal, capital potiguar, formou-se no entorno de um forte e uma igreja, situada na região produtora de cana de açúcar, consolidando-se, ao longo do tempo, como principal polo econômico e com maior concentração populacional. A segunda cidade mais populosa do estado, Mossoró, foi constituída a partir da exploração de salinas, favorecendo a fabricação de carne de sol (associação com a pecuária) e o conseqüente florescimento como centro comercial. Associando-se também à expansão da pecuária ocorreu a implantação de importantes cidades, como Caicó (até hoje reconhecida pela excelência da carne de sol), Currais Novos e Pau dos Ferros (nomes alusivos as origens atreladas à pecuária) e Ouro Branco (associada ao ciclo do algodão).

Araújo (2009) afirma que a cultura algodoeira contribuiu decisivamente para o

processo de urbanização nordestina tendo em vista que foi estruturada com o trabalho assalariado nas grandes propriedades e trabalho familiar nas pequenas:

[...] sob o ponto de vista da urbanização nordestina, depois da pecuária foi a cultura que mais contribuiu para o seu dinamismo, pois dela fora irradiado sem-número de atividades que passaram a ser eminentemente urbanas como, por exemplo: beneficiamento, comercialização, e fabricação de sacaria, de tecidos etc. (ARAÚJO, 2009, p. 18).

Diz Araújo (2009) sobre a relação direta entre o processo de urbanização e a estrutura econômica:

[...] afirma-se que a urbanização da região e, portanto, do Rio Grande do Norte, esteve secularmente submetida aos desígnios de sua estrutura econômica, política e social. Ou seja, no litoral conformou-se uma estrutura econômica primária pouco diversificada: basicamente agricultura canavieira e, em proporção menor, a agricultura de subsistência. Bem mais tarde, ao avançar do século XIX, nos momentos de pico dos preços internacionais do algodão, concedia-se espaço para essa cultura. O interior compunha-se de criação de gado, agricultura de subsistência e algodão (ARAÚJO, 2009, ps. 01-02).

O autor oferece as explicações para o atraso econômico potiguar: é uma região histórica e estruturalmente subdesenvolvida, marcada pelo predadorismo do capital mercantil⁶, vitimada pela ganância das oligarquias locais e de suas estratégias em realizar a acumulação de riqueza na seara da circulação e, por fim, insere-se na área do polígono das secas (ARAÚJO, 2009, p. 68).

A concentração inicial de riquezas que ocorreu no sertão potiguar decorreu da posse das terras, pari passu, à expansão do comércio, que contribuiu para o processo de acumulação mercantil. Importa reter a base de sustentação que permitiu a diferenciação social e assegurou o controle das fontes de rendimentos e ganhos e, por consequência, o poder político para algumas poucas famílias que se pode denominar de oligarquia regional potiguar.

O caráter predatório do capital mercantil remete à máxima mercantilista de comprar barato e vender caro, assegurando-se ganhos para uns em detrimento de outros e, principalmente, sujeitando os devedores ao poder dos comerciantes. É ilustrativo que ainda é relativamente comum, por exemplo, no Alto Oeste Potiguar (AOP), a realização de vendas a prazo, devidamente anotadas em cadernetas, para pagamento quando os devedores

⁶ O termo “predadorismo do capital mercantil” é utilizado por Araújo (2009, p. 68).

obtêm algum recurso. Tais transações são denominadas de “fiado”.

O predadorismo do capital mercantil delinea a estrutura produtiva que vai se estabelecendo e consolidando em consonância com a movimentação dos capitais, bem como, evidencia as mudanças nos papéis de algumas cidades que ganharam status, ascendendo hierarquicamente a partir da criação ou intensificação de relações ao longo da rede e demonstra as permanências e heterogeneidades do processo de configuração e reconfiguração das cidades e regiões do RN. Em tal processo:

Ao mesmo tempo, do ponto de vista intra-regional, podem se desenvolver lugares centrais diferenciados, por ordem de tamanho e funcionalidade na oferta de bens, de maneira a se conformar sistemas urbanos hierarquizados. Configura-se, assim, uma hierarquia nodal urbana, formada pelo centro de maior tamanho, que exerce a função de suprir serviços especializados a centros menores em seu entorno, especialmente os serviços ofertados para o setor produtivo regional, que exigem uma escala urbana mínima relativamente elevada (LEMOS et al. 2003, p. 668).

Neste sentido, foram adotadas diferentes formas para se realizar a (re)divisão geográfica (regionalização), compatibilizando-as aos diferentes objetivos que se apresentaram nos diferentes períodos, isso porque as configurações espaciais alteradas pelo movimento do capital demandavam (e continuam demandando) instrumentos compatíveis para a construção de políticas públicas e para execuções das ações dos agentes público e privado.

A divisão oficial do Brasil em regiões começou com a criação do IBGE por Getúlio Vargas, sendo a primeira regionalização publicada em 1942, adotando-se como critério os aspectos naturais para diferenciação regional. Em 1970 foi publicada uma versão em que os aspectos econômicos foram considerados fundamentais, tendo em vista a importância da regionalização para o desenvolvimento econômico (CONTEL, 2014). Além das cinco regiões (Norte, Nordeste, Sudeste, Sul e Centro Oeste) o IBGE⁷:

[...] buscou ‘demarcar espaços homogêneos e espaços polarizados’ no território brasileiro (IBGE, 1970, p. vii). Em relação à definição dos espaços homogêneos, pode-se dizer que estes foram tidos como uma ‘forma de organização em torno da produção’ e seriam expressos ‘por combinações de fatos físicos, sociais e econômicos’ (IBGE, 1970, p.viii) [...] que permitiu

⁷ “Segundo o documento Divisão Territorial do Brasil (IBGE, 1980) – que traz as novas divisões pelas quais o Censo de 1980 se deu – as mesorregiões seriam definidas como Unidades homogêneas a nível maior que as Microrregiões, porém menor que o Estado ou território. Foram criadas com o fim de permitir a elaboração de estatísticas mais detalhadas em unidades territoriais maiores, obedecendo ao mesmo princípio da classificação microrregional” (IBGE, 1980, p. ix, apud CONTEL, 2014, p. 14).

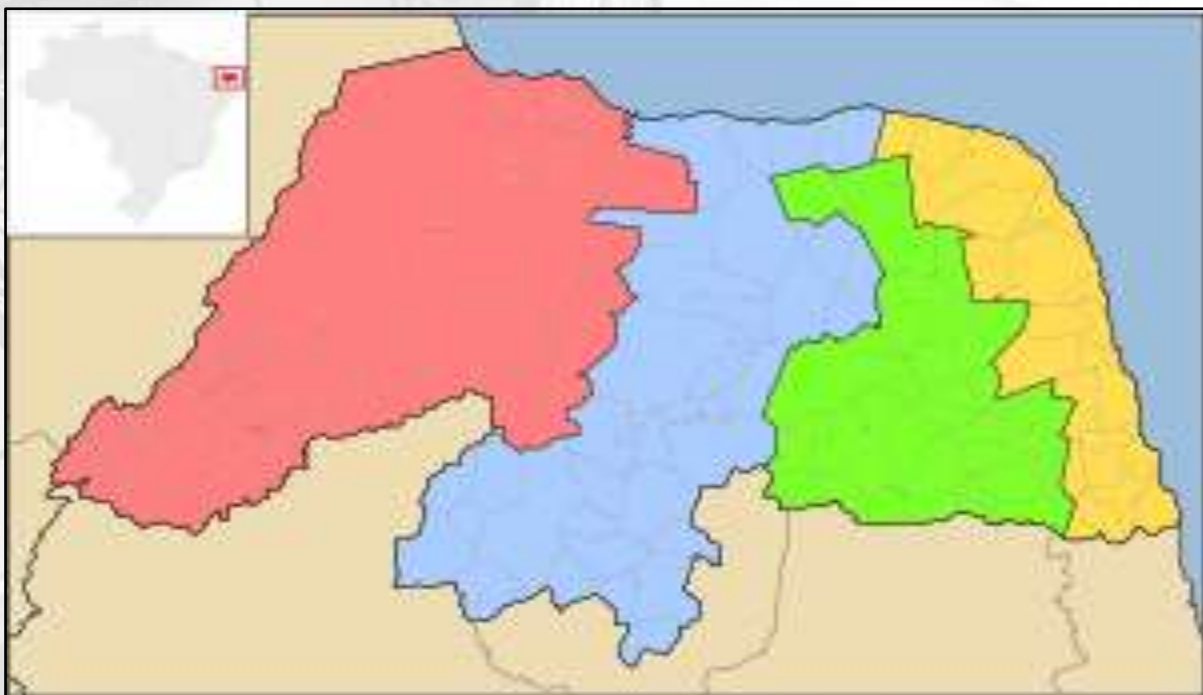
a definição de outra inovação da divisão estabelecida em 1970: as chamadas ‘microrregiões homogêneas’ (CONTEL, 2014, p. 08).

Na década de 1990, o IBGE passou a utilizar a denominação de mesorregiões e microrregiões geográficas:

[...] as mesorregiões aparecem definidas da seguinte maneira: área[s] individualizada[s] em uma unidade da Federação que apresenta[m] formas de organização do espaço geográfico definidas pelas seguintes dimensões: o processo social como determinante; o quadro natural como condicionante; e a rede de comunicação e de lugares como elemento da articulação espacial (IBGE, 1990, p. 08, apud CONTEL, 2014, p. 11).

A regionalização oficial adotada pelo IBGE, a partir de 1990, dividia o RN em quatro mesorregiões (Figura 01) e 19 microrregiões (Figura 02). A mesorregião do Oeste Potiguar tinha sete microrregiões e 62 municípios; a do Agreste Potiguar tinha três microrregiões e 43 municípios; a Central Potiguar tinha cinco microrregiões e 37 municípios e a Leste Potiguar tinha quatro microrregiões e 25 municípios (IBGE, 2016).

Figura 01 – Mesorregiões do RN.



Mesorregião do Oeste Potiguar. Mesorregião Central Potiguar
Mesorregião do Agreste Potiguar. Mesorregião do Leste Potiguar

Fonte: Abreu (2011).

Os critérios extrapolaram o aspecto natural ao considerar o “processo social” como

determinante para a fragmentação do espaço. Tal “processo” é dinâmico, assim, a regionalização também é, requerendo-se, portanto, a investigação histórica para se compreender a formação do espaço, bem como, considerar as forças orientadoras do processo de acumulação capitalista. Destaque-se que a:

[...] evolução de determinações históricas se dá mediante um processo de regionalizações preferenciais e de constituição de centros geográficos que lhes correspondem. Este processo subentende um embate continuado, em cada lugar, entre as heranças do passado e as forças e ações hegemônicas do presente, e subentende a seletividade e as defasagens do desenvolvimento econômico e social. As regiões assim se diferenciam na formação sócio-espacial do país, segundo as condições deste embate que as particularizam em cada período (GOMES, 2009, p. 152).

A dimensão espacial deixa de ser apenas um dado da natureza para se tornar um processo socialmente construído, cujas “condições objetivas” devem ser observadas, ao longo do tempo, nos diferentes recortes espaciais.

As microrregiões foram definidas como partes das mesorregiões que apresentam especificidades quanto à organização do espaço. Essas especificidades não significam uniformidade de atributos nem conferem às microrregiões autosuficiência e tampouco o caráter de serem únicas devido à sua articulação a espaços maiores, quer à mesorregião, à Unidade da Federação, quer à totalidade nacional. Essas especificidades referem-se à estrutura de produção agropecuária, industrial, extrativismo mineral ou pesca. Essas estruturas de produção diferenciadas podem resultar da presença de elementos do quadro natural ou de relações sociais e econômicas particulares (IBGE, 1990, p. 08, apud CONTEL, 2014, p. 11).

O “espaço organizado” apresenta determinados atributos decorrentes da construção do referido espaço, sendo resultado, portanto, das ações dos grupos sociais. A estrutura montada é o resultado visível do processo social, cuja materialização é condicionada pelos interesses do capital (mutável ao longo do tempo) e/ou por aspectos naturais.

Figura 02 – Microrregiões do RN.



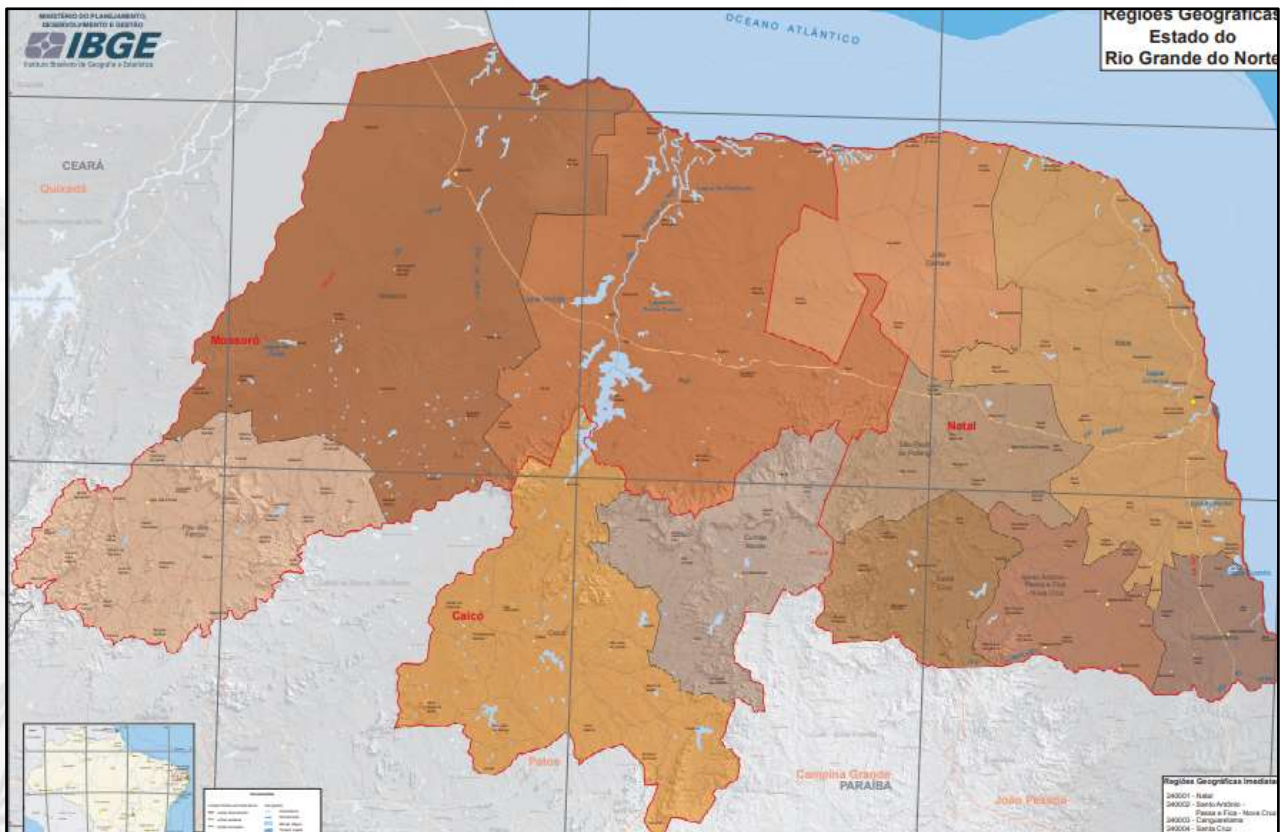
Fonte: Abreu (2012).

A agregação de municípios em escalas intermediárias a partir de características comuns facilita alguns aspectos analíticos, mas “[...] não significam uniformidade de atributos [...]” (CONTEL, 2014, p. 11). Vale salientar que os povoamentos que resultaram na constituição dos municípios nas diferentes microrregiões ocorreram em momentos distintos e decorrentes de relações socioeconômicas diferenciadas (novamente fica evidente a importância da investigação histórica), portanto, respondendo a necessidades específicas decorrentes das relações sociais existente nas diferentes áreas, embora condicionadas exogenamente.

Mais recentemente o IBGE (2017) adotou uma nova configuração regional⁸, com o estabelecimento de Regiões Geográficas Intermediárias e Imediatas. O RN passou a contar com três Intermediárias (Natal, Mossoró e Caicó) e onze Imediatas (Natal, Santo Antônio-Passa e Fica-Nova Cruz, Canguaretama, Santa Cruz, João Câmara, São Paulo do Potengi, Caicó, Currais Novos, Mossoró, Pau dos Ferros e Açu) (Figura 03).

Figura 03 – Regiões Geográficas do Rio Grande do Norte

⁸ Segundo o IBGE (2017): “Ao longo do século XX, foram elaboradas 4 divisões regionais principais: Zonas Fisiográficas (1942), Microrregiões e Mesorregiões Homogêneas (1968 e 1976) e Mesorregiões e Microrregiões Geográficas (1989). Dessa forma, a divisão regional do Brasil não passa por atualizações significativas em quase 3 décadas, sendo assim necessário rever suas classificações, para uma melhor compreensão das dinâmicas da rede urbana brasileira.”



Fonte: IBGE (2017).

A justificativa para fazer uma atualização da divisão regional foi que era necessário rever a classificação a fim de assegurar que a nova divisão refletisse as alterações ocorridas nos papéis das cidades, apontando as novas centralidades e relacionamentos existentes IBGE (2017). Nesse sentido, a metodologia adotada para a nova regionalização:

[...] foi feita a partir da identificação das cidades-pólo e os municípios que possuem relação direta com cada uma delas, e leva em consideração dois conceitos:

Território-rede: conjunto de arranjos populacionais localizados em áreas contínuas de municípios conurbados e possuem fluxos em uma porção territorial.

Território-zona: controle exercido pelas cidades, através de suas funções e atividades de alcance intra-regionais e inter-regionais.

Além disso, outras variáveis foram incluídas na nova regionalização (rede urbana, hierarquia dos centros urbanos, fluxos de gestão, etc.) obtidas em outros estudos. (IBGE, 2017).

A nova regionalização leva em conta a funcionalidade, o alcance das atividades existentes nas cidades, a hierarquia e o posicionamento das cidades na rede urbana, dentre outros aspectos. As informações apresentadas (Quadro 01) não se referem à tipologia completa do IBGE, mas apenas as categorias de cidades existentes no RN, saliente-se que

o estado se insere na rede urbana nordestina como área de influência de Fortaleza/CE e Recife/PE.

Quadro 01 – Hierarquia dos Centros Urbanos no Rio Grande do Norte.

Tipologia	Caracterização	Ocorrência no RN
Capital regional A	Têm área de influência de âmbito regional, sendo referidas como destino, para um conjunto de atividades, por grande número de municípios; Constituído por 11 cidades, com medianas de 955 mil habitantes e 487 relacionamentos.	Natal
Capital regional C	Têm área de influência de âmbito regional, sendo referidas como destino, para um conjunto de atividades, por grande número de municípios; Constituído por 39 cidades com medianas de 250 mil habitantes e 162 relacionamentos.	Mossoró
Centros sub-regionais A	Têm área de atuação mais reduzida, e seus relacionamentos com centros externos à sua própria rede dão-se, em geral, apenas com as três metrópoles nacionais; Constituído por 85 cidades, com medianas de 95 mil habitantes e 112 relacionamentos.	Caicó e Pau dos Ferros
Centros sub-regionais B	Têm área de atuação mais reduzida, e seus relacionamentos com centros externos à sua própria rede dão-se, em geral, apenas com as três metrópoles nacionais; Constituído por 79 cidades, com medianas de 71 mil habitantes e 71 relacionamentos.	Currais Novos e Assú
Centros de zona A	Com atuação restrita à sua área imediata; exercem funções de gestão elementares; 192 cidades, com medianas de 45 mil habitantes e 49 relacionamentos.	João Câmara e Macau
Centros de zona B	Com atuação restrita à sua área imediata; exercem funções de gestão elementares; 364 cidades, com medianas de 23 mil habitantes e 16 relacionamentos.	Canguaretama, Passa e Fica, Santa Cruz, Santo Antônio, São Paulo do Potengi, Parelhas, São Bento, Alexandria, São Miguel, Apodi, Patu, Umarizal
Centros locais	As demais 4 473 cidades cuja centralidade e atuação não extrapolam os limites do seu município, servindo apenas aos seus habitantes, têm população predominantemente inferior a 10 mil habitantes (mediana de 8 133 habitantes).	147

Fonte: IBGE (2008). Elaboração dos autores (2020).

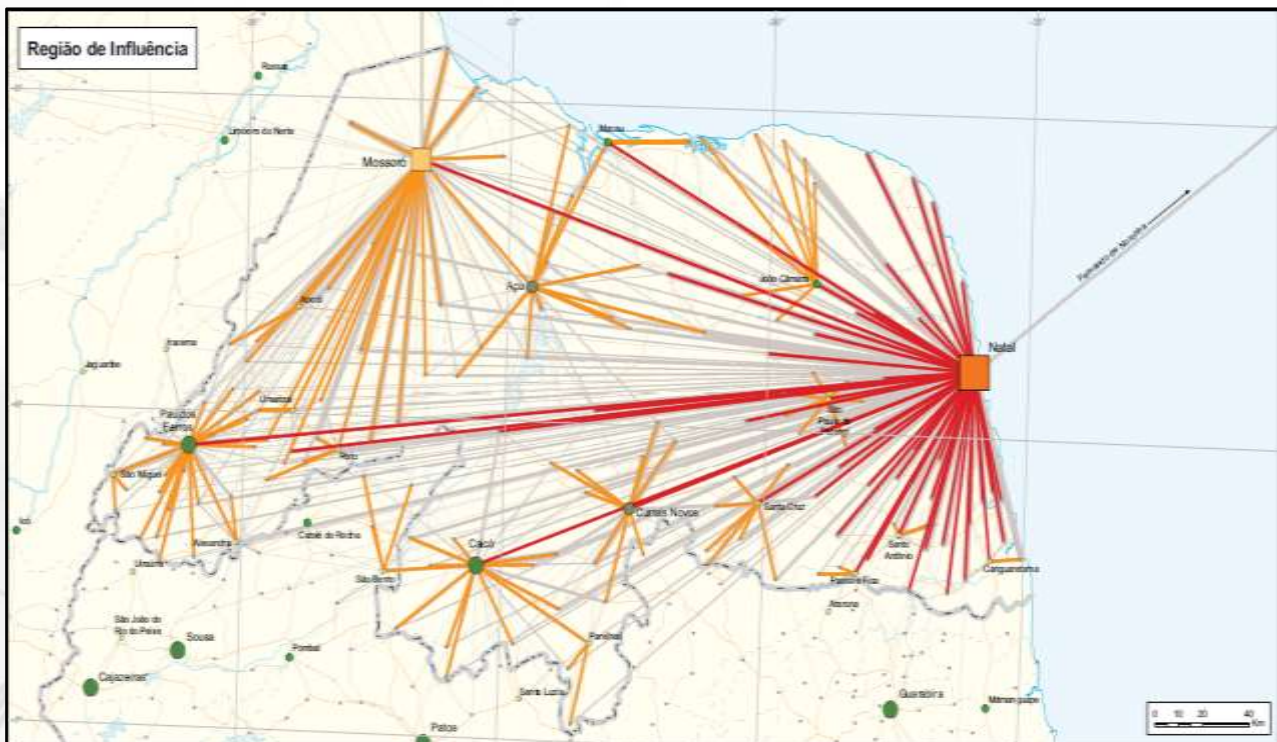
O estudo do IBGE (2008) mostra que a hierarquia urbana no Rio Grande do Norte é marcada pela força da capital, Natal. A preponderância é demonstrada nos relacionamentos existentes, isso porque todos os demais 166 municípios potiguares são influenciados em maior ou menor grau pela capital. A vinculação mais evidente é a subordinação administrativa, uma vez que todos os órgãos administrativos têm Natal/RN como sede, ademais a concentração populacional e o adensamento das atividades econômicas ilustram o poder exercido por Natal/RN (IBGE, 2008).

O Quadro 01 indica os níveis hierárquicos existentes no RN, evidenciando a supremacia exercida por Natal/RN, capital regional A, em relação as demais cidades do estado, contudo nenhum centro potiguar alcança o status de metrópole, estando todas as cidades na área polarizada pelas metrópoles de Fortaleza/CE e Recife/PE. A segunda cidade com maior nível hierárquico é Mossoró/RN, capital regional C, despontando como polo econômico no interior nordestino em função da relevância alcançada por algumas atividades, como: a fruticultura irrigada, a indústria salineira, o setor petrolífero e a prestação de serviços mais sofisticados nas áreas de saúde e educação.

Em seguida, no terceiro nível hierárquico, verifica-se a existência de quatro cidades, sendo Pau dos Ferros/RN e Caicó/RN classificadas como centros sub-regionais A e Currais Novos/RN e Assú/RN como centros sub-regionais B. No quarto nível hierárquico, referente aos centros de zona, tem-se as presenças de João Câmara/RN e Macau/RN (centros de zona A) e as cidades de Canguaretama/RN, Passa e Fica/RN, Santa Cruz/RN, Santo Antônio/RN, São Paulo do Potengi/RN, Parelhas/RN, São Bento/RN, Alexandria/RN, São Miguel/RN, Apodi/RN, Patu/RN, Umarizal/RN (centros de zona B).

A Figura 04 mostra a região de influência de Natal/RN e apresenta os relacionamentos com as demais cidades do estado. Os relacionamentos podem ser visualizados pelas linhas vermelhas e amarelas, que indicam, respectivamente, vínculo direto ao centro principal e vínculos a centros secundários e as linhas cinzas que indicam a busca por bens e serviços (quanto mais espessa for a linha maior a intensidade da ligação) e os níveis de centralidade administrativa, jurídica e econômica das cidades, do menor nível para o maior, destacando-se Natal/RN e Mossoró/RN, além de algumas cidades que desempenham funções de polos sub-regionais, como Caicó/RN e Pau dos Ferros/RN.

Figura 04 – Região de Influência de Natal/RN.



Fonte: IBGE (2008).

A Figura 04 apresenta as cidades regionais com maior poder de polarização sobre os entornos, configurando-se o padrão espacial de acumulação no estado a partir das estruturas econômicas existentes, cuja primazia exercida, especialmente por Natal/RN, sugere a ampliação da diferenciação intra-regional em virtude do efeito concentrador inerente às cidades mais populosas, com maior adensamento de atividades econômicas e que dispõem de equipamentos e serviços mais complexos em relação às áreas polarizadas.

A hierarquia é bem conhecida e o ritmo é ditado a partir do centro mais dinâmico do capitalismo através da integração de áreas que oferecem perspectivas lucrativas, resultando em novas dinâmicas para os espaços eleitos e reafirmando o controle sobre áreas homogêneas pela consolidação do mercado, também mantendo outros tantos espaços quase que excluídos do processo econômico por não apresentarem nada de significativo para exploração.

Já o florescimento das cidades polarizadoras no interior do RN se deu, quase sempre, pela expansão comercial que assegurou a diferenciação e a partir de tal ponto reafirmou o comando do processo de acumulação de base mercantil, cujo predomínio acabou por moldar a estrutura produtiva intra-regional vigente. Considerando a metodologia utilizada pelo IBGE (2008), verifica-se que, no caso do RN, os centros sub-regionais polarizadores se destacam em relação ao entorno formado por muitas cidades pequenas,

com baixíssimo dinamismo econômico e elevada dependência de transferências intergovernamentais, cujas centralidade e atuação não ultrapassam o limite municipal.

Dantas e Clementino (2014a), analisando a rede urbana potiguar a partir do estudo do IBGE (2008), apontaram a proeminência exercida por Natal/RN, seguida por Mossoró/RN e salientaram os papéis de “centros sub-regionais, que comandam [...] redes intermediárias, formam regiões com centralidades medianas e têm população e área variáveis conforme sua localização.” A novidade, ainda conforme as autoras, foi que cidades como Caicó/RN e Pau dos Ferros/RN polarizam cidades pequenas do entorno, geralmente com população abaixo de 10 mil habitantes, e assumiram “[...] as funções de cidades médias ao ofertar serviços, inclusive serviços especializados nas áreas de educação e saúde, bem como a de atuar como uma ‘bacia de empregos’ para a região” (DANTAS, CLEMENTINO, 2014a, p. 80).

Lima Jr. (2014), baseando-se no estudo do IBGE (2008), apontou a “primazia” exercida por Fortaleza/CE e a existência de um “padrão dendrítico” para a configuração da rede urbana do interior cearense. Já Dantas e Clementino (2014b) ressaltaram a existência de uma rede “organizada” no litoral e um padrão de dispersão e esgarçamento no interior potiguar, portanto, aproximando-se na interpretação, embora fazendo uso de terminologias distintas. Os trabalhos também trataram da relevância das cidades médias e dos centros sub-regionais e os papéis que estes tipos de cidades, geralmente situados no Semiárido, assumiram mais recentemente.

Dantas e Clementino (2014b, p. 106) apontaram a existência de “cerca de duas dezenas de cidades de porte médio” no interior nordestino (rede urbana nordestina interiorizada), destacando que algumas cidades, mesmo com contingente populacional reduzido, passaram a desempenhar papéis “[...] de intermediação na conformação do desenvolvimento regional”. Daí as autoras avançaram para a utilização do conceito de cidade intermédia/intermediária a fim de abarcar os aspectos qualitativos e as funções desempenhadas pelos centros urbanos do interior nordestino que não atendem ao requisito demográfico para enquadramento como cidade de porte médio (DANTAS, CLEMENTINO, 2014b, p. 107-9).

As mudanças nas dinâmicas econômicas observadas em algumas cidades do Semiárido, em geral, e do RN, em particular, decorreram de maior acumulação de capital, principalmente na seara mercantil, maior capacidade de articulação política das elites locais para conquistar investimentos públicos para provimento de infraestrutura, instalação de equipamentos e serviços públicos, além de benefícios naturais como o posicionamento

geográfico. Ao longo do tempo os diferenciais existentes em algumas cidades permitiram a polarização de áreas do entorno, conseqüentemente, gerando benefícios cumulativos através de maior diversificação das atividades econômicas, recebendo mais repartições/representações de órgãos públicos e ampliando a oferta de serviços e equipamentos.

É importante observar que as intervenções realizadas pelo Estado foram (e continuam sendo) fundamentais para assegurar a “mobilidade geográfica do capital” e a conseqüente homogeneização, mas sem a ruptura da estrutura erigida a partir do predomínio do capital mercantil⁹. Assim, os polos sub-regionais assumem papel relevante para aglutinação dos recursos públicos (transferências constitucionais para as prefeituras e montantes transferidos diretamente para os cidadãos) e privados, mantendo-se a primazia do capital mercantil na escala sub-regional através do Setor de Serviços. No processo de acumulação, o capital mobiliza os elementos necessários para assegurar o êxito da empreitada, destacando-se o alinhamento de segmentos sociais internos da área em integração (ou já devidamente integrada) para atuarem no estabelecimento e/ou reforço de interdependências, assumindo posições de complementaridade (transportes, armazenagem, distribuição, varejo, etc.) e com isso assegurar participação na apropriação de parte do excedente.

O excedente sub-regional é, em parte, aglutinado nos polos, assegurando-se os ganhos, inclusive a especulação no mercado imobiliário, do capital mercantil regional e mais rapidamente remetido para as áreas centrais através da aquisição de mercadorias e/ou serviços sofisticados. O outro facilitador do processo é o Estado, atuando através de sua estrutura de poder, representada por diversos órgãos dos poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, e realizando as intervenções necessárias, principalmente, o provimento de infraestrutura. O comando do processo é do capital e se materializa no espaço, em suas diferentes formas: empresas, lojas, supermercados, shoppings, universidades, estradas, etc., através da produção social privada e atuação estatal, resultando nas diferenciações existentes.

5 CONCLUSÕES

⁹ A perda de participação relativa do Setor Primário em virtude do recrudescimento da seca e da incapacidade das Políticas Públicas modificarem o cenário e a quase irrelevância do Setor Industrial sugerem que os planos de desenvolvimento idealizados não lograram êxito em promover transformações estruturais no semiárido potiguar e é provável que tenham contribuído para ampliar os desequilíbrios intra-regionais, favorecendo o efeito polarizador em poucos centros sub-regionais.

Em relação ao RN, desde quando foi criada a Capitania do Rio Grande na época colonial, tem-se que o projeto foi assegurar a dominação que uns poucos privilegiados exerciam sobre a massa, assegurando-lhes a geração de lucros, em conformidade com o comando exercido pelo capital mercantil. Admite-se que a herança colonial se faz presente ao longo da história econômica potiguar nas estruturas montadas e nas estratégias perseguidas pela elite.

A dominação exercida pela elite econômica do RN, associada, na maioria das vezes, as estratégias dos capitais de fora, até o momento serviu para manutenção das oligarquias e para assegurar o controle dos benefícios provenientes das esferas públicas. A dominação política, legitimada pelo controle dos meios de produção, permitiu a captura dos órgãos públicos para viabilização de seus interesses. Associando-se aos capitais externos captaram boa parte dos recursos para instalação das poucas indústrias do RN, também se constituíram nos maiores beneficiários das obras de estruturação hídrica (a famosa “indústria da seca” persiste a todo vapor) e continuaram a merecer tratamento diferenciado e privilegiado na obtenção de desonerações tributárias (“guerra fiscal”), subsídios e acesso ao crédito mais barato.

Registra-se que a inserção subordinada do RN é marcante desde o início da ocupação por parte do conquistador português, cujo caráter exploratório de riquezas resultou na montagem de uma estrutura econômica voltada ao interesse do capital mercantil, pois se sobrepôs o interesse mútuo dos capitais de fora do estado associado a estratégia da elite local em realizar a acumulação mercantil, reservando-se algum dinamismo para segmentos econômicos específicos, quase sempre, atrelados às exportações e controlados por capitais externos, bem como, papel mais destacado para algumas cidades do interior, os polos sub-regionais, que assumiram, ao longo do tempo, a função de lócus facilitador do processo de acumulação capitalista, tanto pela aceleração da rotação de capitais, como pela capacidade de atrair alguns investimentos públicos em infraestrutura e investimentos privados no Setor de Serviços.

O diferencial econômico existente em favor dos centros sub-regionais não sugere a perspectiva de irradiação para os entornos, mas uma tendência de concentração puxada pelo setor terciário e limitando o alcance da expansão econômica dos centros regionais potiguares, posto que tais centros polarizam pequenas cidades e com baixíssimo dinamismo (dependentes de transferências intergovernamentais), tornando-se plausível afirmar que polarizam a pobreza ao reunirem algumas condições mais satisfatórias (oferta

de serviços públicos, comércio mais sofisticado e serviços privados especializados), mas cujos rebatimentos econômicos nos referidos centros tendem a reafirmação dos desequilíbrios.

Destaque-se que o cenário atual não parece propício para a construção de um amplo consenso para a elaboração e execução de planos de desenvolvimento regional. O foco dos atuais condutores da política econômica é a construção de um consenso para justificação de um severo ajuste fiscal e a agenda política dos atuais governantes nordestinos (governadores e prefeitos) se restringe aos esforços para custear a máquina pública.

Num sentido estrito o poder de dominação exercido a partir do centro não impede que avanços ocorram nas áreas mais afastadas e nas circunstâncias mais improváveis, principalmente porque a irrelevância econômica não desperta a atenção e nem requer o controle direto do grande capital e assim a autonomia aparente das coletividades urbanas diante das oportunidades para realização de suas potencialidades é a contra face facilitadora do controle exercido pelo capital em sua inexorável jornada monopolizadora.

Defende-se que o processo tem, necessariamente, predominância econômica, constituindo-se em condição determinante para as alterações de status de algumas cidades, mesmo para os polos sub-regionais. É o movimento do capital que cria os padrões espaciais, ainda que gradativamente, altera a dinâmica urbana de alguns centros, promove a ascensão comercial e a reorganização espacial, demandando-se cada vez mais investimentos nos transportes, comunicação, setor elétrico, oferta hídrica, construção etc. Exigências de investimentos que recaíram sobre o Estado, requerendo maior capacidade de planejamento e de realização de investimentos em obras para dotação da infraestrutura necessária para a circulação de capital, isso por que, conforme Harvey (2005), a circulação geográfica do capital, tanto na forma mercadoria como na forma capital, requer a existência de estruturas permanentes para o funcionamento adequado do processo $D - M - D'$.

O padrão espacial de acumulação resultante facilita a atração de investimentos (públicos e privados) para os polos sub-regionais e contribui para a consolidação e hipertrofia do setor terciário como elemento caracterizador da economia, uma vez que o dinamismo nestas cidades é maior do que o entorno, mas insuficiente para atrair a realização de investimentos privados volumosos, como dispõem as cidades que se encontram no topo da hierarquia urbana por serem sedes dos grandes grupos empresariais do país.

REFERÊNCIAS

ABREU, R. L. de. Mapa do Rio Grande do Norte destacando as mesorregiões do estado em cores diferentes, 2011. Disponível em: <https://commons.wikimedia.org/wiki/File:RioGrandedoNorte_Mesoregions.svg>. Acesso em: 20 fev. 2020.

ABREU, R. L. de. Mapa do Rio Grande do Norte destacando as microrregiões do estado em cores diferentes, 2012. Disponível em: <https://commons.wikimedia.org/wiki/File:Microrregi%C3%B5es_do_Rio_Grande_do_Norte.svg>. Acesso em: 20 fev. 2020.

ARAÚJO, D. S. **Dinâmica econômica, urbanização e metropolização no Rio Grande do Norte (1940-2006)**. 2009. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Econômico). 2009. Instituto de economia da Unicamp-SP. Disponível em: <<http://repositorio.unicamp.br/handle/REPOSIP/285704>>. Acesso em: 03 ago. 2019.

CONTEL, F. B. As divisões regionais do IBGE no século XX (1942, 1970 e 1990). **Terra Brasilis (Nova Série)**. Revista da Rede Brasileira de História da Geografia e Geografia Histórica, n. 3, 2014. Disponível em: <<file:///C:/Users/ADM/Downloads/terrabilis-990.pdf>>. Acesso em: 12 ago. 2019.

CLEMENTINO, M. L. M. **Economia e urbanização: o Rio Grande do Norte nos anos 70**. Natal-RN: UFRN-CCHLA, 1995.

DANTAS, J. R. Q.; CLEMENTINO, M. L. M. Desenvolvimento e urbanização: a rede urbana potiguar sob a ótica dos 'REGICS'. **Revista Geotemas**, v. 4, n. 1, p. 71-82, 2014a. Disponível em: <<http://natal.uern.br/periodicos/index.php/GEOTemas/article/view/606>>. Acesso em: 10 fev. 2020.

DANTAS, J. R. Q.; CLEMENTINO, M. L. M. As cidades médias interiorizadas no desenvolvimento do Nordeste: um estudo sobre Pau dos Ferros (RN). **RDE-Revista de Desenvolvimento Econômico**, v. 16, n. 30, 2014b. Disponível em: <<http://www.revistas.unifacs.br/index.php/rde/article/viewFile/3609/2550>>. Acesso em: 10 fev. 2020.

DOBB, M. **A evolução do capitalismo**. 9 ed. Rio de Janeiro: LTC – Livros Técnicos e Científicos Editora S.A., 1987.

GOMES, C. Formação sócio-espacial e dinâmicas urbano-regionais no rio grande do norte: o lugar da região metropolitana de Natal. **Urbe. Revista Brasileira de Gestão Urbana**, v. 1, n. 2, 2009. Disponível em: <<https://periodicos.pucpr.br/index.php/Urbe/article/viewFile/4291/4210>>. Acesso em: 12 fev. 2020.

GORENDER, J. **Apresentação**. In: MARX, Karl. O capital: crítica da economia política. Rio de Janeiro: Abril Cultural, 1983. Volume I.

HARVEY, D. **A produção capitalista do espaço**. São Paulo: Anna Blume, 2005.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). Diretoria de Geociências. Coordenação de Geografia. **Regiões de influência das cidades, 2007.** 2008. Disponível em: <<http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv40677.pdf>>. Acesso em: 02 jan. 2020.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Regiões geográficas.** 2017. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/apps/regioes_geograficas/>. Acesso em: 02 jan. 2020.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Painel histórico de Pau dos Ferros.** 2013. Disponível em: <<http://ibge.gov.br/cidadesat/painel/historico.php?codmun=240940&search=rio-grande-do-norte%7Cpau-dos-ferros%7Cinphographics:-history&lang=>>>. Acesso em: 20 fev. 2020.

INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E MEIO AMBIENTE DO RIO GRANDE DO NORTE (IDEMA). **Anuário Estatístico do Rio Grande do Norte.** 42 ed. Natal/RN: SEPLAN, 2015.

JURADO DA SILVA, P. F. **Cidades pequenas e indústria:** contribuição para a análise da dinâmica econômica na região de Presidente Prudente-SP. 2011. Disponível em: <https://repositorio.unesp.br/bitstream/handle/11449/96711/silva_pjf_me_prud.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 01 ago. 2019.

KORSCH, K. O Conceito de Forças Produtivas Materiais [capítulo 8 de Karl Marx]. 2015. Disponível em: <<https://www.marxists.org/portugues/korsch/ano/mes/conceito.htm>>. Acesso em: 28 fev. 2020.

LENCIONI, S. Acumulação primitiva: um processo atuante na sociedade contemporânea. **Confins.** Revue franco-brésilienne de géographie/Revista franco-brasileira de geografia, n. 14, 2012.

LEMOS, Mauro Borges *et al.* A nova configuração regional brasileira e sua geografia econômica. **Estudos Econômicos (São Paulo)**, v. 33, n. 4, p. 665-700, 2003. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ee/v33n4/v33n4a03.pdf>>. Acesso em: 06 jan. 2020.

LIMA JUNIOR, F. O. **Estrutura produtiva e rede urbana no Estado do Ceará durante o período de 1980-2010.** Tese (doutorado) – Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Economia – Campinas/SP: [s.n.], 2014. Disponível em: <<http://repositorio.unicamp.br/jspui/handle/REPOSIP/286403>>. Acesso em: 09 fev. 2020.

LIMONAD, E. Reflexões sobre o espaço, o urbano e a urbanização. **GEOgraphia**, v. 1, n. 1, p. 71-91, 1999. Disponível em: <<http://www.geographia.uff.br/index.php/geographia/article/view/7/6>>. Acesso em: 06 fev. 2020.

MARX, K. **O capital:** crítica da economia política. Rio de Janeiro: Abril Cultural, 1983. Volume I.

SANTOS, C. R. S. Dos negócios na cidade à cidade como negócio: uma nova sorte de acumulação primitiva do espaço. **Revista Cidades**, v. 3, n. 5, 2006. Disponível em:

<<http://revista.fct.unesp.br/index.php/revistacidades/article/view/506/539>>. Acesso em: 02 mar. 2020.

SANTOS, M. Modo de produção técnico-científico e diferenciação espacial. **Revista Território**, v. 4, n. 6, p. 5-20, 1999. Disponível em:

<http://www.revistaterritorio.com.br/pdf/06_2_santos.pdf>. Acesso em: 11 jan. 2020.

SANTOS, M. **Técnica, espaço, tempo**: Globalização e meio técnico-científico-informacional. São Paulo: EDUSP, 2008a.

SANTOS, M. **A natureza do espaço**: técnica e tempo, razão e emoção. 4. ed. 4. reimpr. São Paulo: EDUSP, 2008b. Disponível em: <<https://books.google.com.br/books?hl=pt-BR&lr=&id=JRvh0eBaIXoC&oi=fnd&pg=PT14&dq=rugosidades+milton+santos&ots=WQ4mYOil-g&sig=319n8UDP65Q0VI78msBEraJ0ag#v=onepage&q&f=false>>. Acesso em: 11 jan. 2020.

VIANA, N. **A mercantilização das relações sociais**: modo de produção capitalista e formas sociais burguesas. Curitiba/PR: Appris Editora e Livraria Eireli-ME, 2018.
